

1 Introdução

1.1. Contextualização

O Brasil vem passando por profundas mudanças estruturais desde o início do Governo Collor. A abertura do mercado interno aos produtos importados e a privatização de empresas estatais são alguns marcos da década de 1990.

Contudo no que diz respeito ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), pode-se afirmar que sua abertura aos bancos estrangeiros iniciou-se com o Plano Real. Esse plano adaptou o Brasil às condições econômicas do cenário internacional, seguindo a tendência de crescente globalização dos sistemas financeiros, já observada em outros países da América Latina¹.

O Plano Real controlou de forma abrupta o processo inflacionário, e com isso expôs as distorções e ineficiências do SFN (Cardoso, 2002).

A concorrência no setor bancário pré-Plano Real era limitada pela forte presença de bancos estatais. Quaisquer que fossem os critérios utilizados: proporção de ativos totais, de depósitos ou de operações de crédito, esses bancos preponderavam. Cardoso (2002) ainda acrescenta que o ingresso de bancos estrangeiros e a ampliação dos que já operavam no País eram limitados pela legislação.

Ness (2000) afirma que em 1993 os bancos públicos estavam mais envolvidos com operações de crédito que os privados. Cerca de 57% de seus ativos estavam alocados em operações de crédito ou arrendamento mercantil, contra 41% dos ativos dos bancos privados. Além disso, a participação no financiamento de governos estaduais e municipais era desigual: cerca de 30% dos empréstimos dos bancos estatais eram para os estados e 1,5% para os municípios, contra, respectivamente, apenas 1,6% e 0,4% dos bancos privados. Nesse período

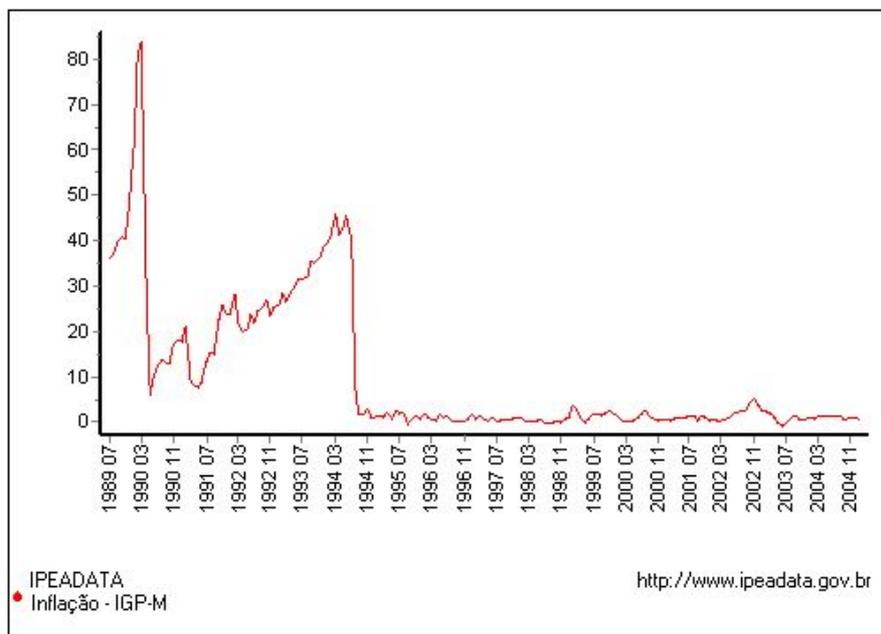
¹ Moguillansky *et al* (2003) analisam de forma completa a entrada de bancos estrangeiros na América Latina.

os bancos privados demonstravam preferência por operações cambiais e investimentos em títulos públicos federais.

O impacto do Plano Real na reestruturação do SFN foi decisivo. Segundo Cardoso (2002) os ganhos do *float* reduziram-se de 20,4% das receitas totais dos bancos, em 1994, para 0,6%, em 1995.

Baer e Nazmi (2000) apresentam o impacto da abrupta queda da inflação de 1994 para 1995 (Gráfico 1) na participação do *float* nas receitas totais do setor, e ressaltam que a partir de meados de 1994 a rentabilidade dos bancos passou a depender do crescimento de operações de crédito e de tarifas de serviços bancários.

Gráfico 1 – Inflação mensal 1989 a 2004



Fonte: IPEADATA.

Corrêa e Adati (2001) afirmam que os intermediários financeiros de fato alteraram significativamente a forma de captação e aplicação de seus recursos. Aqueles que não conseguiram se adaptar à nova realidade sucumbiram.

O cenário econômico em 1995 não era favorável ao setor: além da drástica redução da receita inflacionária, apresentada na Tabela 1, medidas restritivas ao crédito e as altas taxas de juros em reação à Crise do México e ao aquecimento da

economia levaram à insolvência e posterior liquidação de várias instituições financeiras.

Tabela 1 – Receitas inflacionárias dos bancos brasileiros

Ano	Receita inflacionária / PIB (%)	Receita inflacionária / Receita total (%)
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	sg*	0,6
1996	sg*	sg*
1997	sg*	sg*

*sg – sem significância

Fonte: Baer e Nazmi (2000), tabela nº 3.

Em resposta a esse cenário negativo e visando à redução do risco sistêmico do SFN, o Governo iniciou o processo de saneamento e privatização do setor, por meio de programas como o PROER², o PROES³ e o FGC⁴. Além disso, o Brasil

² O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), instituído em novembro de 1995 tem por objetivo: assegurar liquidez e solvência ao SFN e resguardar os interesses de depositantes e investidores. O PROER estabelece uma legislação capaz de garantir incentivos e facilidades que tragam solução de mercado através de processo de fusões ou incorporações, em caso de dificuldades de instituições financeiras (Fortuna, 2002, pp. 569).

³ O programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) – criado em agosto de 1996 pela M.P. 1.556 – tem a finalidade de incentivar os Estados da Federação a reestruturarem, privatizarem, liquidarem, ou transformarem seus bancos estaduais em agências de fomento (Fortuna, 2002, pp. 572 e 573).

⁴ O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado. Foi regulamentado em 1995 pela Resolução 2.211 do Banco Central, e tem por objetivo prestar garantia de créditos contra instituições dele participantes nos casos de: (i) decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição; (ii)

aderiu ao Acordo da Basileia⁵. Esses programas são um marco na história do SFN (Fortuna, 2002).

O PROER fornecia linha de crédito a juros abaixo dos praticados no mercado aos bancos que desejassem adquirir bancos em dificuldades, e permitia que as perdas financeiras fossem transportadas para o balanço dos compradores (Cavalcante e Jorge Neto, 2003). Segundo Maia (2003), o custo total do programa foi R\$ 20,4 bilhões, o que representou aproximadamente 2,7% do PIB médio do triênio 1995, 1996 e 1997. A primeira operação financiada pelo PROER foi a compra do Banco Nacional pelo Unibanco. O Banco Excel também fez uso do programa para adquirir os salvados do Banco Econômico. A Tabela 2 apresenta as operações realizadas com financiamento do PROER.

Tabela 2 – Operações realizadas com financiamento do PROER

Regime	Operações
Bancos sob intervenção:	Venda de parcela dos ativos e passivos para:
Banco Econômico	Excel e Caixa Econômica Federal (CAIXA)*
Banco Nacional	Unibanco
Banco Mercantil de Pernambuco	Rural
Banco Banorte	Bandeirantes
Banco Bamerindus	HSBC, CAIXA* e Banco do Brasil
Bancos que não estavam sob intervenção:	Transferência de controle acionário para:
Banco United	Antônio de Queiroz
Martinelli	Pontual

* Apenas a carteira imobiliária

Fonte: Cardoso (2002).

reconhecimento pelo Banco Central do estado de insolvência da instituição (Fortuna, 2002, pp. 574).

⁵ O processo de globalização da economia obrigou o Conselho Monetário Nacional a regulamentar em 1994, por meio da Resolução 2.099, os Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido para as instituições financeiras, com o objetivo de enquadrar o mercado financeiro aos padrões de solvência e liquidez internacionais, que foram definidos em julho de 1988 em acordo assinado na Basileia, Suíça, pelos bancos centrais dos países que compõem o Grupo dos Dez (Fortuna, 2002, pp. 535).

O PROES, cujo um dos objetivos era o saneamento para posterior privatização dos bancos estaduais, financiou a recuperação de muitos bancos. Contudo, segundo Ness (2000), poucos foram os bancos privatizados. Esse autor cita algumas possíveis razões: falta de interesse dos governadores em perder o patronato sobre essas instituições, em termos de direcionamento de empréstimos para o setor privado em seus estados e em oportunidades de emprego geradas no banco; pouco interesse dos compradores em adquirir redes bancárias com capilaridade no interior, distantes dos grandes centros urbanos. Apesar do esforço do Governo para atrair compradores estrangeiros, apenas o ABN AMRO comprou bancos estaduais: o Bandepe, Banco do Estado de Pernambuco, e o Paraiban, Banco do Estado da Paraíba. As operações realizadas pelo PROES podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Quadro resumo do PROES

Opção	Quantidade	Instituição Financeira (Estado)
Extinção ou liquidação ordinária	10	Banacre (AC), Banap (AP), Bandern (RN), Baner (RR), BDRN (RN), Bernat (MT), Beron (RO), Caixego (GO), MinasCaixa (MG) e Produban (AL)
Privatização	8	Bandepe (PE), Baneb (BA), Banerj (RJ), Bemge (MG), Banestado (PR), Credireal (MG), Banespa (SP), Paraiban (PB)*
Federalização para posterior privatização	6	BEA (AM), BEC (CE), BEG (GO), BEM (MA), BEP (PI) e BESC (SC)
Saneamento	5	Banese (SE), Banestes (ES), Banpará (PA), Banrisul (PR) e NCNB (SP)
Agência de fomento	10	Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Paraná
Não optantes pelo PROES	2	Bandes (ES) e BRB (DF)

* Banco não optante do PROES.

Fonte: Cardoso (2002).

Carvalho *et al* (2002) apontam o PROER e o PROES como passos fundamentais para reestruturação do sistema bancário brasileiro e para atração de grandes bancos estrangeiros.

Inicialmente, por meio desses programas, observou-se a entrada de bancos interessados em atuar no atacado, como o Deutsch-Südamerikanische Bank que comprou o Banco Grande Rio em 1996, o Banque Nationale de Paris, o Banco Ford e Inaf. Contudo o primeiro banco estrangeiro considerado grande a entrar no Brasil foi o HSBC, na operação de compra do Bamerindus.

Somando-se a entrada dos bancos estrangeiros às privatizações, fusões e aquisições, a composição do SFN foi alterada significativamente, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Participação das instituições nos ativos da área bancária (%)

Tipo de segmento	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Bcos com controle estrangeiro	7,16	8,39	9,79	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	20,73
Bcos privados	41,21	39,16	39,00	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	40,76
Bcos públicos (+caixas estaduais)	18,17	21,90	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,30	5,87	5,79
CAIXA	14,98	16,40	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	13,04
Banco do Brasil	18,28	13,91	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	18,40
Cooperativas de crédito	0,20	0,24	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,90	1,04	1,28
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central (Evolução do Sistema Financeiro Nacional – Relatórios Anuais de 1998, 2000, 2002 e 2003)

1.2. O Problema

Diversos estudos recentes têm relacionado a entrada de bancos estrangeiros às decisões de alocação dos ativos desses bancos e dos bancos domésticos. Especial atenção têm sido dada aos impactos dessa entrada na oferta de crédito dos bancos e da economia como um todo.

Ness (2001), Weller (1999), Buch e Golder (2001), Makler e Ness (2002), Cavalvante e Jorge Neto (2003) e Bitter (2003) são alguns autores que estudaram esse assunto.

Por outro lado, há trabalhos, como o de Saunders (1997), que preconizam que a estratégia de alocação de ativos de um intermediário financeiro está intimamente relacionada à estrutura de seu passivo.

Entretanto esse relacionamento entre ativo e passivo dos bancos não possui clara direção de causa e efeito: não se sabe se bancos elaboram estratégias de alocação de seus ativos e então buscam fontes de financiamento compatíveis, ou se têm acesso a determinadas fontes de financiamento e, conseqüentemente, adotam estratégias de alocação coerentes. Acredita-se, contudo, que na prática haja os dois tipos de situação, sendo que no Brasil provavelmente a segunda deve dominar, uma vez que a estruturação do passivo é significativamente mais rígida que a alocação dos ativos.

Seguindo essa linha, Farias *et al* (2004) examinaram a influência, por meio de regressões multivariadas, do tipo de controle acionário do banco, i.e., estrangeiro, privado nacional, ou nacional público, de seu tamanho e de sua estrutura de financiamento (*funding*), na estratégia de alocação dos ativos dos bancos com atividades de varejo no Brasil. O período considerado no estudo compreendeu os anos de 2000 a 2004. Contudo o foco desse estudo foi a oferta de crédito e como o tipo de controle influencia a alocação dos ativos.

Nenhum estudo amplo foi realizado visando à análise conjunta desses fatores, com a utilização da técnica de análise de dados em painel.

Portanto, haja vista o tipo de controle acionário, a estrutura de *funding* e o tamanho, **quais são os fatores determinantes da estratégia de alocação de ativos dos bancos com atividades de varejo no Brasil?**

1.3. Objetivos

O objetivo final desta dissertação é identificar os fatores determinantes da estratégia de alocação de ativos dos bancos com atividades de varejo no Brasil. Para caracterizar as estratégias de alocação dos ativos considerar-se-ão as principais rubricas do ativo de bancos: a oferta de crédito, os investimentos em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, as aplicações interfinanceiras, e o ativo permanente dessas instituições.

Há, também, interesse especial em descobrir se o tipo de controle acionário, que pode ser estatal, privado nacional ou estrangeiro, exerce influência nessa alocação.

Os seguintes objetivos intermediários devem ser atingidos para que se possa alcançar o objetivo final:

1. Estudar a história recente do Sistema Financeiro Nacional, principalmente em relação à entrada de bancos estrangeiros e à consolidação do setor;
2. Revisar a literatura existente relacionada ao objetivo final deste trabalho, com o objetivo de se elaborar o referencial teórico; e
3. Estudar os diversos modelos e métodos de análise de dados em painel, para se identificar aqueles mais apropriados a esta aplicação.

1.4. Delimitação do Estudo

Diversos fatores influenciam a estratégia de alocação dos ativos dos bancos com atividades de varejo, dentre os quais podem-se citar: a estratégia corporativa e empresarial adotada, o histórico de desempenho, o volume de capital próprio empregado, e o ambiente competitivo e regulatório. O presente estudo, contudo, restringe-se a pesquisar a influência da estrutura de capital (*funding*), do tipo de controle acionário e do tamanho dos bancos com atividades de varejo em sua estratégia de alocação de ativos.

Analisar-se-á neste estudo o período cujos dados contábeis anuais são disponibilizados pelo Banco Central do Brasil na lista dos 50 Maiores Bancos por Ativos Totais (-) Intermediação⁶. Dessa forma será analisado o período compreendido entre os anos de 2000 e 2003.

Os bancos selecionados para o estudo foram aqueles que figuraram nessa lista e apresentaram rede bancária com mais de 5 agências em qualquer um dos quatro anos considerados.

⁶ Elaborada a partir de dados do Sistema de Operações, Registro e Controle do Banco Central (SISBACEN).

1.5. Relevância do Estudo

Saunders (1997) discorre sobre o caráter especial dos intermediários financeiros no funcionamento e no desenvolvimento de uma economia. Dentre as funções de natureza especial exercidas por essas instituições, o autor cita: diversificação de riscos, transmissão da política monetária do Governo, alocação e aumento da oferta de crédito, transferências de riqueza entre gerações, serviços de pagamentos, e intermediação de denominações.

Os bancos podem ser considerados os mais importantes intermediários financeiros, e sua participação no Sistema Financeiro Nacional atinge cerca de 98% em ativos totais.⁷

Outros autores, tais como Fortuna (2002), Costa Filho (2002) e Belaisch (2003) enfatizam a importância desse segmento para o crescimento econômico.

A oferta de crédito ao setor privado, um dos principais papéis dos bancos, é considerado um dos fatores-chave para o crescimento econômico. Não obstante pode-se observar no Gráfico 2 redução dos empréstimos totais do Sistema Financeiro Nacional em relação ao PIB brasileiro de 1994 a 2003. Houve redução na relação operações de crédito e arrendamento mercantil-ativos totais dos bancos nesse período, acompanhada de aumento percentual nas aplicações interfinanceiras de liquidez e nos títulos e valores mobiliários. A preferência por

⁷ Informação publicada pelo Banco Central do Brasil na lista dos 50 Maiores Bancos por Ativos Totais (-) Intermediações com base em dezembro de 2003. Foram considerados para fins de apuração o Consolidado Bancário I e II.

O Consolidado Bancário I é o aglutinado das posições contábeis de instituições financeiras independentes do tipo banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, conglomerados bancários com pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial, e Caixa Econômica.

O Consolidado Bancário II inclui instituições financeiras independentes do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento e banco de desenvolvimento, e conglomerados bancários onde não há instituições do tipo banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, mas há pelo menos uma instituição do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco de investimento ou banco de desenvolvimento.

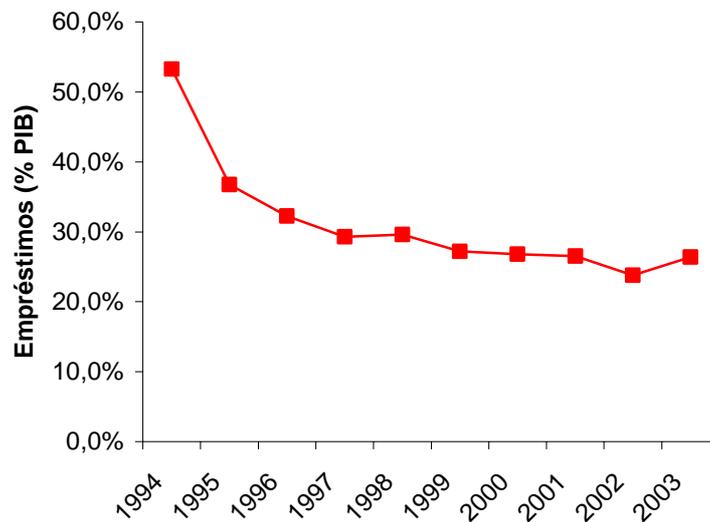
O Consolidado Bancário III é constituído pelas informações contábeis consolidadas das cooperativas de crédito.

O Consolidado Não-Bancário é formado pelos conglomerados não-bancários e pelas instituições financeiras não-bancárias independentes.

Finalmente, o Sistema Financeiro Nacional é constituído pelos Consolidados Bancários I, II e III, e pelo Consolidado Não-Bancário.

títulos às operações de crédito evidencia, portanto, um dos efeitos das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil sobre o crescimento econômico.

Gráfico 2 – Empréstimos do sistema financeiro nacional



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – Relatórios Anuais de 1996 a 2003.

Desse modo, relacionar as estratégias de alocação dos ativos dos bancos com atividades de varejo às estruturas de *funding*, ao tipo de controle acionário e ao seu tamanho constitui em passo importante no processo de entendimento do funcionamento dessas instituições, e em instrumento para formulação de políticas voltadas a esse setor da economia.